

CONTRIBUIÇÕES DE GRICE PARA O ESTUDO DA METÁFORA

Maitê Gil*

RESUMO: Este artigo busca, por meio de uma revisão teórica, investigar quais são as contribuições relevantes dos estudos desenvolvidos por Grice (1975 [1967]) para o estudo da metáfora e analisar, desta forma, como as formulações desse filósofo inglês podem enriquecer as reflexões sobre esse fenômeno da linguagem. Para estabelecer essas contribuições, é feita uma breve revisão dos estudos anteriores a Grice envolvendo a metáfora, entre os quais estão os de Aristóteles, a Teoria da Comparação e a Teoria da Interação. Por fim, argumenta-se que os estudos de Grice podem ser considerados como um divisor de águas na abordagem da metáfora, visto que eles são a primeira abordagem pragmática desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Grice – metáfora – abordagem pragmática

ABSTRACT: This paper aims, by means of a theoretical review, to investigate the contributions of the studies developed by Grice (1975 [1967]) to metaphor research, and, therefore, to analyze how the formulations of the British philosopher may enrich the reflections on this language phenomena. For this purpose, a brief account of metaphor studies prior to Grice is presented, among which are discussed Aristotle, the Comparison Theory and the Interaction Theory. Lastly, we argue that Grice's studies may be regarded as a watershed in the research of metaphor, considering that they are the first pragmatic approach to the phenomena.

KEYWORDS: Grice - metaphor - pragmatic approach

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SURGE O QUESTIONAMENTO.

A linguagem humana é extremamente complexa. É ela que permeia as mais diversas práticas sociais. O linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, no início de sua obra *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, define a linguagem como “uma inesgotável riqueza de múltiplos valores” e acrescenta “a linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. [...] é a base última e mais profunda da sociedade humana” (HJELMSLEV, 2009, p.1-2). Por sua complexidade, a linguagem foi o foco de muitos estudos ao longo dos séculos e diversas teorias foram desenvolvidas a seu respeito. Dentre tantos pesquisadores importantes para a ciência linguística, pode-se destacar o filósofo inglês Paul Grice por sua contribuição determinante na forma de entender a linguagem.

O foco dos estudos de Grice foi o significado. Em 1957, o autor publicou um artigo em que diferenciava o significado de eventos naturais daquele de certas ações

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Linguística Aplicada. maitegil11@gmail.com

baseadas em convenções humanas. Anos depois, em um novo artigo, Grice se debruçou sobre as relações entre o dito e o não-dito (implicado). As duas teorias têm em comum a noção de que é possível comunicar mais significados do que o enunciado por si só exprime.. A partir da leitura de Grice, suas teorias foram exploradas e seu escopo de aplicação foi expandido de diferentes maneiras.

Neste artigo, busca-se aplicar os estudos de Grice a um dos fenômenos responsáveis pela já citada complexidade da linguagem humana: a metáfora. O interesse de se refletir simultaneamente sobre os estudos de Grice e da metáfora justifica-se pelo fato de que, quando são feitas revisões teóricas acerca desse fenômeno, os estudos de Grice têm presença constante. A partir disso, surge o questionamento: quais são as contribuições de Grice para o estudo da metáfora? O objetivo deste artigo é, portanto, responder a esse questionamento, analisando como as formulações desse filósofo inglês podem enriquecer as reflexões sobre a metáfora.

CONTEXTO: ESTUDOS SOBRE A METÁFORA ANTERIORES A GRICE.

Para dimensionar as contribuições de Grice nos estudos sobre a metáfora, é preciso fazer um breve panorama dos estudos anteriores a este filósofo. A palavra “metáfora” deriva do grego *metapherein*, que significa “transferência” ou “transporte”. O termo é formado por *meta*, cujo sentido é “mudança”, e por *pherein*, que quer dizer “carregar”. Ou seja, a metáfora “carrega uma mudança”, é uma transferência de sentido entre uma coisa e outra. Essa noção está em consonância com o que chamaremos, neste artigo, de Visões Tradicionais da metáfora, que estão relacionadas à noção de metáfora como uma figura de linguagem. Este trabalho adota a classificação proposta por Berber Sardinha (2007), que, assim como nós, reconhece as limitações do rótulo “tradicional”:

Reconhecemos que ‘tradicional’ é um rótulo vago e que nele encaixamos muitos estudiosos que viveram ao longo de vários séculos, muitos dos quais apresentam divergências entre si. Utilizamos tal rótulo como meio de fazer um recorte no tempo que nos permitirá avançar, depois, para perspectivas mais contemporâneas de estudo da metáfora [...] (p.21)

É do século IV a.C. a noção desenvolvida por Aristóteles sobre a metáfora. Essa visão é uma das mais antigas de que se tem registro na tradição filosófica ocidental e situa-se nos estudos da retórica clássica. Na *Poética* (1985 [séc IV a.C.]), o autor apresenta a metáfora como “a transferência dum nome alheio do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, duma espécie para outra, ou por via de analogia” (ibid, p.42). Podemos identificar, nesse trecho, quatro tipos de metáforas. O primeiro, transferência de gênero para a espécie, é exemplificado por Aristóteles com a frase “Meu barco está parado ali”, visto que o verbo *parar* está substituindo o verbo *fundear*, um termo náutico que significa, literalmente, ancorar/amarrar o barco. Pode-se dizer que, hoje, este é considerado um caso de sinonímia em que um termo – *fundear* – é mais técnico que o outro – *parar*. O segundo caso, de espécie para gênero, é explicado por

Aristóteles através da sentença “Palavra! Odisseu praticou milhares de belas ações!”, pois *milhares* equivale a *muitas*. Atualmente, este caso seria considerado uma hipérbole, a qual é definida como “uma afirmação exagerada”, “uma deformação de verdade que visa a um efeito expressivo” (CEGALLA, 2008, p.627). Já o terceiro caso, transferência de uma espécie para outra, tem como exemplos “extraiu a vida com o bronze” e “talhou com o incansável bronze”, em que *extrair* e *talhar* significam *tirar*. Temos, neste caso, o que hoje é chamado de metonímia, que “consiste em usar uma palavra por outra, com a qual se acha relacionada. Esta troca se faz não porque as palavras são sinônimas, mas porque uma evoca a outra.” (ibid, p.615). O quarto e último caso, por via de analogia, é, enfim, o que mais se assemelha às definições contemporâneas de metáfora. Aristóteles apresenta como exemplo a relação entre as noções de velhice e de tarde, para o autor, “a velhice está para a vida como a tarde para o dia” (*Poética*, 1985, XXI, p.43), por isso, pode-se fazer referência à tarde como a “velhice do dia” e à velhice como “a tarde da vida”.

Na mesma obra, Aristóteles afirma que nobre e não-vulgar é a linguagem que emprega termos raros, metáfora, alongamento e tudo o que foge do trivial. Ele ressalta, ainda, que o uso de metáforas “não se pode aprender de outrem e é sinal de talento natural, pois ser capaz de belas metáforas é ser capaz de apreender as semelhanças.” (ibid, p.45). Contudo, o autor salienta que a linguagem feita apenas de metáfora resulta em enigmas e que, quando usada fora de propósito, a metáfora pode ter efeito cômico.

Para Mahon (1999), são feitas quatro afirmações a partir do que foi exposto sobre a metáfora por Aristóteles na *Poética*. São elas: (i) a metáfora não faz parte do uso normal da linguagem; (ii) a metáfora não tem valor cognitivo, sendo considerada apenas decorativa; (iii) a metáfora não possui clareza; e (iv) para usar uma metáfora corretamente, a pessoa deve ter talento. Mahon argumenta que nenhuma dessas afirmações é verdadeira ou corresponde ao que foi apresentado por Aristóteles e que elas são, na verdade, frutos de uma falta de compreensão do contexto da discussão realizada na *Poética* e de uma confusão entre os termos *uso* e *cunhagem*, aliados ao desconhecimento do que Aristóteles disse sobre a metáfora na obra *Retórica* (1998).

Sobre o contexto da discussão realizada na *Poética*, é preciso saber que a obra é um tratado sobre a literatura grega, em especial sobre a tragédia e a epopéia, e não um tratado sobre a linguagem. Isto é, ao falar de metáfora, Aristóteles aborda a *cunhagem* de metáforas na literatura e não o seu *uso* na linguagem cotidiana (MAHON, 1999, p.72). Ainda sobre a diferença de abordagem dada por Aristóteles à metáfora em suas obras, Contenças (1999) afirma que, mesmo a metáfora sendo apresentada por Aristóteles com duas funções, uma na *Poética* e outra na *Retórica*, “é só no nível da intenção que existe uma diferença, pois quanto à estrutura a metáfora consiste apenas numa única operação de transferência do sentido das palavras” (p.43).

Feitas essas ressalvas sobre o contexto da discussão em *Poética*, é possível buscar, em trechos da *Retórica*, sentenças que contrapõem as quatro afirmações que, segundo Mahon (1999, p.69), são comumente feitas a partir do que foi exposto sobre a metáfora por Aristóteles na *Poética*. No capítulo 2 do terceiro livro da *Retórica*, Aristóteles afirma que “na prosa, além dos termos regulares e próprios para as coisas,

apenas termos metafóricos podem ser usados com vantagem. Obtemos isso do fato de que essas duas classes de termos, [...] – esses e não outros – são usados por todos na conversação.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 122). Essa afirmação do filósofo grego já responde a duas afirmações recorrentes sobre os postulados de Aristóteles, a saber, a ideia de que a metáfora não faz parte do uso normal da linguagem e a restrição de que, para usar uma metáfora corretamente, a pessoa deve ter talento. Aqui vale retomar a diferença entre uso e cunhagem, uma vez que, como afirma Mahon (1999), Aristóteles trata na Poética da cunhagem de metáforas e, por isso, o filósofo ressalta as habilidades necessárias para que as novas metáforas criadas tenham qualidade, ou seja, ele não afirma que o talento é necessário para usar as metáfora, mas, sim, para cunhá-las.

Ainda no segundo capítulo do terceiro livro, o filósofo ressalta que a “metáfora [...] dá ao estilo clareza, charme e distinção como nada mais consegue” (ARISTÓTELES, 1998, p.122) , o que contrapõe a noção de que a metáfora não possui clareza. Contudo, vale ressaltar o papel da metáfora como ornamento da linguagem presente nessa afirmação. O trecho abaixo, o qual ressalta a importância da beleza da metáfora, também reforça a ideia de que esse fenômeno tem como característica a ornamentação da linguagem: “os materiais da metáfora devem ser belos ao ouvido, à compreensão, ao olho ou a outro sentido físico” (ARISTÓTELES, 1998, p.123) . Entretanto, dizer que Aristóteles ressalta a função decorativa da metáfora, não é o mesmo que afirmar que o autor não dá indícios do valor cognitivo da metáfora. Ao contrário, Mahon (1999) salienta que Aristóteles defendia ser possível aprender a partir das metáforas, uma vez que, sendo uma ideia nova, elas exigem um trabalho mental para encontrar o ponto em comum entre as entidades comparadas. Para Berber Sardinha (2007), essa posição do filósofo grego pode sinalizar um reconhecimento do papel cognitivo da metáfora.

Com o passar do tempo, surgiram abordagens que definiram a metáfora como um processo semântico. Segundo Levinson (2007), há duas principais vertentes dessas abordagens, são elas: a Teoria da Comparação e a Teoria da Interação. A primeira parte do princípio de que “as metáforas são símiles onde as predicções de similaridade estão suprimidas ou apagadas.” (LEVINSON, 2007, p.284). Essa visão foi amplamente aceita e é, até hoje, uma das predominantes nos livros didáticos brasileiros da Língua Portuguesa (GIL, 2012).

Para Black (1954), a Teoria da Comparação pode ser considerada um caso especial de uma visão proposta anteriormente, a Substitutiva, segundo a qual a metáfora é definida como a substituição de uma expressão literal por uma metafórica. Black (1954) ressalta que “qualquer visão que sustenta que uma expressão metafórica é usada no lugar de alguma expressão literal equivalente deve ser chamada de uma *visão substitutiva* da metáfora.” (p. 279). Uma definição compatível com essa visão é a apresentada pelo inglês Richard Whately, importante teólogo, logicista e retórico do século XIX. No seu livro sobre os elementos da retórica, o autor dedica parte do capítulo sobre estilo à metáfora e, ao apresentá-la, define-a como “uma palavra substituída por outra devido à semelhança ou à analogia entre seus significados” (WHATELY, p. 248). Diante disso, a Teoria da Comparação assemelha-se a da

substituição porque, nela, também se considera a existência de uma expressão literal equivalente à metáfora, contudo, neste caso, essa expressão é sempre uma comparação.

Black (1954, p. 283) parte da sentença “Ricardo é um leão ” para explicar a principal diferença entre a visão substitutiva em geral e o seu subtipo, a visão comparativa. O autor esclarece que, de acordo com a primeira visão, a sentença tem aproximadamente o mesmo sentido que “Ricardo é corajoso”. Já, na segunda abordagem, o sentido é equivalente a “Ricardo é como um leão (em ser corajoso)”. Embora, nas duas visões, a metáfora seja entendida como uma substituição da expressão literal, a visão comparativa propõe uma paráfrase mais elaborada, na medida em que a declaração literal é interpretada como sendo sobre leões, assim como a metafórica.

Embora seja válida, já que há, sim, uma relação de similaridade pressuposta no uso de metáforas, a Teoria da Comparação ignora uma característica importante das metáforas: a unidirecionalidade da comparação (LAKOFF; JOHNSON, 1980). A sentença “Meu pai é um grande homem”, por exemplo, pressupõe uma relação de similaridade entre os adjetivos “grande” e “importante”, entretanto, se a comparação fosse bidirecional, as pessoas fariam de objetos grandes em termos de sua importância, em sentenças como “Essa mesa é muito importante, então não vai caber na minha sala”, e isso não acontece. Além disso, como afirma Levinson (2007), “o problema de compreender as metáforas não é realmente diferente do problema de compreender alguns tipos específicos de usos ‘literais’ da linguagem, a saber, aqueles que encontramos nos símiles” (p. 188). Ou seja, a Teoria da Comparação também não dá conta do processo de compreensão do fenômeno linguístico aqui debatido.

Apoiado nos estudos de I. A. Richards, Black (1954) propõe a visão interativa da metáfora, na qual “a metáfora possui um sentido novo que advém da interação entre o tópico e o veículo” (BERBER SARDINHA, 2007, p. 29). Para apresentar essa visão, o autor utiliza-se da sentença “O homem é um lobo” e ressalta que “o efeito, então, de (metaforicamente) chamar um homem de ‘lobo’ é evocar o sistema de lugares-comuns relacionados ao lobo” (BLACK, 1954, p. 288), uma vez que a metáfora suprime algumas características e enfatiza outras, ou seja, organiza a visão sobre o homem.

A Teoria da Interação, então, parte do princípio de que “as metáforas são usos especiais das expressões linguísticas onde uma expressão ‘metafórica’ (ou foco) está inserida em outra expressão ‘literal’ (ou *moldura*), de modo que o significado do foco interage com o significado da *moldura* e vice-versa.” (LEVINSON, 2007, p. 184). Esse modelo sugere regras de interpretação de metáforas baseadas em traços semânticos. O mecanismo básico seria o mapeamento de traços de um item lexical para o outro e, se necessária, a criação de traços adicionais, que podem formar uma conjunção ou uma disjunção. Contenças (1999) afirma que “a metáfora, como resultado de uma interação, baseia-se na ideia de que a palavra não tem sentidos fixos mutualmente exclusivos, mas um núcleo semântico potencial que se manifesta de forma diferente em cada contexto” (p. 49).

Contudo, como salienta Levinson (2007), existem metáforas que “intuitivamente se enquadram no mesmo fenômeno mas não apresentam a anomalia semântica exigida num primeiro momento na sentença para acionar as ‘regras de interpretação’” (p.187).

Isto é, a Teoria da Interação também não soluciona o impasse da compreensão do fenômeno metafórico.

As teorias até aqui discutidas veem a metáfora como um fenômeno exclusivamente semântico e, como indicam as limitações apresentadas, uma abordagem apenas semântica não é suficiente para dar conta dos múltiplos fatores envolvidos na produção e na compreensão de metáforas. Contudo, a importância desses estudos deve ser ressaltada, uma vez que eles serviram de ponto de partida para as pesquisas posteriores.

Durante a primeira metade do século XX, período de forte influência lógico-positivista, os estudos da metáfora diminuíram. Esse movimento se originou na Áustria e tinha uma postura radicalmente empirista e anti-metafísica, almejando uma concepção científica do mundo. É, nesse contexto, que os estudos de Grice entram em cena. Para Siqueira (1999), Grice “tenta mostrar que as abordagens logicistas são limitadas no que se refere ao estudo da linguagem natural, especialmente na questão dos significados implícitos da conversação” (p. 10).

GRICE E A METÁFORA

A primeira grande contribuição de Grice para os estudos sobre o significado foi a distinção entre dois tipos de significados: natural e não-natural. O primeiro deriva de certos eventos naturais, enquanto o segundo é fruto de ações humanas. Pode-se observar uma diferença entre o significado das sentenças a seguir:

- (i) Estas ondas indicam que a maré está subindo.
- (ii) Aquele aceno do salva-vidas indica que a maré está subindo.

Em (i), as ondas são um signo natural; já em (ii), o aceno do salva-vidas é um sinal que indica a mudança de maré apenas em um contexto específico, o qual está relacionado à intenção do salva-vidas em alertar sobre a subida da maré. Diferentemente do movimento das ondas, o aceno não tem uma relação *natural* com a subida da maré. Esses dois tipos distintos de significado são o que Grice chama de *significado natural* e *significado não-natural*. Como afirma o próprio autor, nem “todos os usos de ‘significado’ enquadram-se facilmente e de forma perfeita a um dos dois grupos, mas, na maioria dos casos, deveríamos estar fortemente inclinados a assimilar o uso do ‘significado’ a um grupo e não ao outro” (GRICE, 1957, p. 379).

Para Clark (1996), essa distinção é importante, pois “o que distingue o uso da linguagem é que ele sempre envolve, também, significado não-natural” (p. 126). Outra dicotomia fundamental no trabalho de Grice, relacionada à primeira, é a que distingue *código* e *uso*. O *código* independe do contexto para que o seu significado seja compreendido, pois é uma convenção reconhecida socialmente e relacionada a uma certa arbitrariedade. Palavras e sentenças isoladas de contexto são tipos de sinais e, como afirma Clark, descrevê-los é descrever as convenções do seu uso em comunidades

de fala (1996, p. 128). Já o *uso* está relacionado ao enunciado, que é definido como a ação de produzir palavras e sentenças em situações específicas por falantes específicos e com propostas específicas. Ou seja, é fazer o *uso* da linguagem, *i. e.*, do *código*.

Há, diante disso, uma divisão clara no trabalho de Grice: o estudo da estrutura da linguagem é, fundamentalmente, um estudo sobre as convenções que regem palavras, sentenças e seus significados, isto é, um estudo do *código*. Contudo, nas conversas, nos livros e nos jornais, há enunciados/*usos* da linguagem, o que requer uma abordagem diferenciada (CLARK, 1996). Os estudos griceanos são uma tentativa de dar conta disso, visto que são “essencialmente uma teoria a respeito de como as pessoas *usam* a língua” (LEVINSON, 2007, p.126).

Uma vez que a Teoria do Significado Não-natural é vista como uma teoria da comunicação, ela pode ser relacionada à Teoria das Implicaturas, que procura investigar como é possível comunicar mais do que efetivamente se diz. Ao voltar-se para o *uso* da linguagem, Grice postula o Princípio da Cooperação e quatro Máximas da Conversação, o que considera regras naturais da comunicação. A seguir, o Princípio e as Máximas são descritos (GRICE, 1975 [1967], *passim*).

Princípio Cooperativo

Faça sua contribuição como for exigido, na etapa na qual ela ocorre, pelo fim ou direção aceitos da troca conversacional em que você está envolvido.

A máxima da qualidade

Tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira, especificamente:

- (i) Não diga o que você acredita ser falso
- (ii) Não diga coisas para as quais você carece de evidências adequadas.

A máxima da quantidade

- (i) Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto for exigido para os presentes fins do intercâmbio
- (ii) Não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido

A máxima da relevância

Faça com que sua contribuição seja relevante

A máxima de modo

Seja perspicuo e, especificamente

- (i) Evite a obscuridade
- (ii) Evite ambiguidade
- (iii) Seja breve
- (iv) Seja ordenado (págs. 126-127)

A partir do Princípio e das Máximas, Grice afirma que a comunicação implícita se dará de duas formas: (i) por respeito às máximas; ou (ii) por violação a elas. Não cabe a este artigo, no entanto, analisar todas as possibilidades de geração das implicaturas conversacionais - as quais preveem que o ouvinte preenche as lacunas do que é dito e são previstas pelo Princípio de Cooperação e pelas máximas. Tampouco se objetiva discutir a diferença entre elas e as implicaturas convencionais (ligadas ao significado das palavras, e não ao discurso), visto que essas questões não são pertinentes

para o foco deste artigo: as contribuições dos estudos de Grice para o estudo das metáforas.

Esse fenômeno da linguagem é abordado por Grice no terceiro grupo dos exemplos explorados em seu artigo *Logic and Conversation* (Grupo C). O grupo é apresentado como exemplos em que uma máxima é desprezada para a obtenção de uma implicatura conversacional por meio de uma figura de linguagem. Nesse contexto, um dos casos apresentados é a metáfora, que aparece como uma implicatura conversacional gerada pelo desprezo intencional da primeira máxima da qualidade; no entanto, Grice (1975 [1967]) faz uma ressalva: “apesar de alguma máxima ter sido violada no nível do que é dito, o ouvinte é levado a assumir que aquela máxima, ou pelo menos o Princípio geral da Cooperação, é observado no nível do que é implicado” (p. 52). Essa é uma particularidade das implicaturas geradas pelo desprezo intencional de uma máxima, uma vez que ela não se aplica aos casos em que todas as máximas foram observadas e àqueles casos em que uma máxima é violada por respeito à outra.

A metáfora em Grice é, portanto, uma implicatura gerada pela violação *proposital* da máxima da qualidade. Isso significa dizer que ela é gerada por uma quebra consciente, fruto da intenção do falante; ou seja, o papel da metáfora em Grice deve ser analisado a partir do *uso* da linguagem. O cuidado de destacar o caráter intencional da violação que gera a metáfora é fundamental, pois afirmar que a teoria Griceana vê a metáfora apenas como um desvio, ou, ainda, apenas como um exemplo de violação à máxima da qualidade, sem ressaltar a intenção do falante, seria falsear o argumento de Grice, uma vez que se deixa de lado o *uso* para tratar apenas do *código*.

Sendo a metáfora, para Grice, uma implicatura conversacional, espera-se, como demonstrado em Siqueira (1999), que a ela também se apliquem as propriedades propostas por Grice para as implicaturas conversacionais. A seguir, metáforas retiradas dos livros didáticos (LD) de História, Ciências, Matemática e Língua Portuguesa da Coleção Radix, todos dedicados ao 9º ano do Ensino Fundamental, serão analisadas a fim de que sejam testadas as suas propriedades.

A *cancelabilidade*, característica que torna a implicatura conversacional cancelável a partir do acréscimo de premissas adicionais às premissas originais sem que haja contradição, será a primeira a ser exemplificada para o caso das metáforas. Observe o enunciado a seguir:

- (1) A luta entre esses dois blocos ficou conhecida como “Guerra Fria”. (LD História, p.11)

Ao nomear um conflito como “Guerra Fria”, cria-se uma metáfora, visto que guerra alguma pode ser, literalmente, fria ou quente, pois uma guerra não é um corpo físico com temperatura. Há, em (1), portanto, uma metáfora envolvendo o adjetivo “fria” para fazer alusão à intensidade de emoção gerada pela guerra, sendo que, quanto mais intensas as emoções experienciadas, mais “quente” seria a guerra. Mesmo que esta não seja a única interpretação para a metáfora em questão, essa leitura da metaforicidade do adjetivo “fria” permitiria que o ouvinte pensasse que a luta entre

esses dois blocos não gerou emoções intensas. Porém, em (2), pode-se perceber a cancelabilidade dessa implicatura.

(2) A luta entre esses dois blocos ficou conhecida como “Guerra Fria”, durante a qual países capitalistas e socialistas se confrontaram diversas vezes, sempre colocando em risco a paz mundial.

A segunda propriedade é a *não-destacabilidade*, isto é, a implicatura conversacional está ligada ao conteúdo semântico da asserção e não às formas linguísticas que a compõem. Diante disso, é possível afirmar que, ao trocar as palavras do enunciado por sinônimos, não se perde a sua implicatura. Os enunciados (3) e (4) mostram que essa propriedade também se aplica às metáforas.

(3) É fácil perceber que esses elementos tornam o texto *elegante* por evitar repetições... (LD Língua Portuguesa, p. 146)

(4) É fácil perceber que esses elementos tornam o texto *enxuto* por evitar repetições...

Sabendo que o texto não pode, literalmente, ser “esbelto” ou “enxuto”, obtém-se a mesma implicatura conversacional para (3) e (4). Ou seja, a inferência gerada pelos dois enunciados sugere que o texto é coeso e não apresenta repetições.

A propriedade seguinte é o fato de as implicaturas conversacionais serem *calculáveis*. Em outras palavras, é possível construir um argumento demonstrando que, a partir do significado literal e do Princípio de Cooperação e das Máximas, o ouvinte faria a inferência necessária para preservar a cooperação presumida. É necessário ressaltar que o importante, no que tange a essa propriedade, saber como é possível obter a implicatura e, não, qual é a implicatura. O cálculo para o enunciado metafórico expresso em (5) pode ser exemplificado por (6).

(5) Extraíndo a raiz quadrada de 4900 é possível obter essa medida. (LD Matemática, p. 11)

O verbo extrair está sendo usado metaforicamente, pois não é possível, literalmente, “extrair/tirar” a raiz quadrada de um número; o que se faz é “calcular” a raiz quadrada, como demonstrado em (6).

(6) O falante disse “Extraíndo a raiz quadrada de 4900 é possível obter essa medida”; não há razão para supor que ele não está observando as máximas, ou ao menos o Princípio da Cooperação (PC); se ele diz que “Extraíndo a raiz quadrada de 4900 é possível obter essa medida” e está, de fato, observando as máximas ou o PC, deve estar pensando que “extrair” é “calcular”; ele sabe que é de conhecimento mútuo que o fato de “extrair” ser “calcular” deve ser suposto; se o falante estiver cooperando, ele não fez nada para impedir que o ouvinte

pensasse que “extrair” é “calcular”; então ele pretende fazer o ouvinte pensar que “extrair” é “calcular”; portanto, ao dizer “Extraindo a raiz quadrada de 4900 é possível obter essa medida”, ele implicou “Calculando a raiz quadrada de 4900 é possível obter essa medida”.

A quarta propriedade a ser exemplificada é a *não-convencionalidade*, isto é, como as implicaturas não fazem parte do significado literal das expressões linguísticas, a verdade da proposição não determina a verdade da implicatura. Ou seja, a condição de verdade da implicatura não está diretamente relacionada à condição de verdade da proposição. A partir disso, é possível demonstrar que um enunciado pode ser verdadeiro e sua implicatura falsa e vice-versa, como mostram o enunciado (7), retirado do LD de Língua Portuguesa *Tudo é Linguagem*, e (8), uma implicatura possível.

(7) Ela é uma flor. (LD Português, p. 173)

(8) Ela é perfumada.

Ciente de que uma pessoa não pode ser, literalmente, classificada como uma “flor”, ao ouvir (7), alguém pode inferir (8). Mas, ao pensarmos em um contexto no qual se fala sobre a conduta de uma pessoa, pode-se usar (7) para informar que “ela” é “delicada” e não necessariamente “perfumada”. Neste caso, a asserção (7) pode ser verdadeira sem que se confirme a inferência em (8).

Por fim, a quinta propriedade a ser exemplificada é a *indeterminabilidade*, segundo a qual podem surgir diferentes implicaturas de um mesmo enunciado. A sentença (9), por exemplo, pode gerar as inferências (10) e (11), entre outras.

(9) O período posterior à quebra da Bolsa da Nova Iorque ficou conhecido como Grande Depressão. (LD História, p. 96)

(10) A sociedade ficou muito abatida com suas perdas.

(11) A economia, em baixa, ficou estagnada por muito tempo.

Vale ressaltar que um período de tempo não pode, literalmente, ser uma “depressão” pois não é uma superfície física, o que remeteria a uma baixa no relevo. Tampouco, um período histórico não está sujeito aos fatores psico-sociais e biológicos que determinam a doença metafóricamente denominada “depressão”.

Além das cinco propriedades aqui exemplificadas, Grice afirma que as implicaturas conversacionais são veiculadas por enunciados e não por sentenças. Essa observação, por estar relacionada à presença ou à ausência de contexto, traz à tona mais uma característica das implicaturas conversacionais: elas podem ser generalizadas ou particularizadas. As generalizadas são aquelas que surgem sem que seja necessário um contexto específico, enquanto as particularizadas exigem certos contextos. Essa distinção é pertinente para a discussão sobre metáfora, visto que parece não haver um consenso sobre em qual categoria ela se enquadra. Levinson (2007) afirma tanto que a

metáfora “depende, pelo menos em parte, dos contextos da enunciação” (p. 137), quanto que algumas metáforas “comunicam o que comunicam de uma maneira relativamente independente do contexto” (p.157). Dito de outra forma, parece que as expressões metafóricas precisam receber um tratamento especial no que se refere ao seu contexto de enunciação.

Nesta seção, foi exposto o lugar ocupado pela metáfora nos estudos de Grice. Além disso, através dos exemplos, foi possível demonstrar que as propriedades atribuídas às implicaturas conversacionais aplicam-se às metáforas. Pode-se, enfim, refletir sobre como essa abordagem da metáfora contribui para os estudos sobre esse fenômeno linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS APONTAMENTOS.

Apesar de não ser uma teoria específica sobre metáfora, é possível observar que os estudos de Grice tratam o fenômeno de forma interessante e substancialmente distinta das abordagens existentes até então. Contrastando o que foi apresentado na segunda seção com a argumentação desenvolvida na seção 3, percebe-se que os estudos de Grice podem ser considerados como um divisor de águas na abordagem da metáfora, visto que eles são a primeira abordagem pragmática desse fenômeno.

Ao propor uma teoria que visa ao *uso* da linguagem, Grice possibilita uma abordagem da metáfora que leva em conta a intenção do falante. Além disso, o autor se dispõe a tratar do que é comunicado além do que é dito na sentença sozinha. Essa mudança de perspectiva torna possível, pela primeira vez, o entendimento mais claro de como acontece a compreensão das metáforas. As teorias semânticas desenvolvidas anteriormente, por mais que tentassem explicar o que é uma metáfora, não tinham o poder de formular explicações sobre como se dá a sua compreensão.

Apesar de teorias contemporâneas contestarem a visão de Grice, não se pode negar que sua abordagem foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre esse fenômeno. Sobre as críticas recebidas pela Teoria Griceana, é pertinente a consideração feita por Levinson (2007):

“[...] talvez seja demais pedir de uma teoria pragmática que ela efetivamente nos forneça uma descrição de algo que é, sem dúvida, uma capacidade psicológica perfeitamente geral e crucial, que opera em muitas esferas da vida humana, a saber, a capacidade de pensar *analogicamente*.” (p. 197)

No contexto em que estava inserido, Grice foi inovador em suas considerações e abriu caminho para abordagens que procuram preencher a lacuna entre o que é dito literalmente e o que é, de fato, comunicado, uma vez que oferece explicações funcionais dos fenômenos linguísticos. Dito isso, ignorar as contribuições de Grice para os estudos da metáfora seria ignorar a abordagem pioneira nas reflexões sobre o funcionamento desse fenômeno na comunicação através da linguagem natural.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. [séc. IV a. C] *A poética clássica*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
 _____. *Rhetoric*. New York: Dover, 1998.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BLACK, Max. Metaphor. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 55, pp. 273–294, 1954.
- BORGATTO, Ana Maria; BERTIN, Terezinha; MARCHEZI, Vera. *Tudo é Linguagem: língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2009.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CLARK, Herbert. *Using Language*. Cambridge University Press, 1996.
- CONTENÇAS, Paula. *A eficácia da metáfora na produção da ciência: o caso da genética*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- GIL, Maitê. *Metáfora no ensino de língua materna: em busca de um novo caminho*. 156f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- GRICE, Paul. Meaning. *Philosophical Review*. Vol. 66, nº 3, p. 377-388, 1957.
 _____. (1967) Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Eds). *Syntax and semantics 3: Speech acts*, p. 41-58. New York: Seminar Press, 1975.
- FAVALI, Leonel et al. *Projeto Radix: ciências*. 9º ano. São Paulo: Scipione, 2009.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LEVINSON, Stephen. (1983) *Pragmática*. Trad.: BORGES, Luis; MARI, Anibal. São Paulo, Martins Fontes: 2007.
- MAHON, James. Getting your sources right: What Aristotle didn't say. In: *Research and Applying Metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. pp. 69-80
- RIBEIRO, Jackson. *Projeto Radix: matemática*. 9º ano. São Paulo: Scipione, 2009.
- SIQUEIRA, Maity. *Metáfora: intersecção entre abordagens lógicas e cognitivistas*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- TERRA, Ernani.; CAVALLETE, Floriana. *Projeto Radix: português*. 9º ano. São Paulo: Scipione, 2009.
- VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix: história*. 9º ano. São Paulo: Scipione, 2009.
- WHATELY, Richards. *Elements of Rhetoric*. London: Oxford, 1830.